

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA
MINISTRO RUI ANTONIO JUCA PINHEIRO VASCONCELLOS
(2014-2015)

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão - que tem por objetivo central atender exigência da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal - reflete, de modo sintético e simplificado, a contextualização dos acontecimentos observados, das ações realizadas e das dificuldades enfrentadas pela Embaixada do Brasil em La Paz no período de 01 de março de 2014 a 30 de junho de 2015, fase na qual, dadas as circunstâncias especiais vividas pelo Posto, vi-me compelido a coordenar e/ou a conduzir os trabalhos da Embaixada - seja na qualidade de Encarregado de Negócios, a.i., seja na condição de segundo diplomata mais graduado nos momentos em que o Posto se encontrava sob a Encarregatura de um dos quatro Ministros de Primeira Classe enviados em Missão Transitória a La Paz naquele períodoⁱ.

SEÇÃO I – Contextualização / Relações Bilaterais

POLÍTICA INTERNA

O acompanhamento, o relato e a análise do cenário político-eleitoral boliviano constituíram atribuições centrais da Embaixada em La Paz neste último ano e meio, período no qual dois grandes acontecimentos balizaram o debate político local, quais sejam: (i) as eleições presidenciais e legislativas de outubro de 2014; e (ii) as eleições regionais e municipais de março de 2015. Além de servirem de instrumento de medição e teste da força e da popularidade das hostes governistas, ambos os escrutínios alimentaram polêmicas acerca do futuro da democracia e das instituições bolivianas. Ganhou especial realce, no âmago dos debates, a questão da eventual perpetuação do Presidente Evo Morales no poder.

Depois de eleger-se em dezembro de 2005 e de reeleger-se em 2009, o Presidente Evo Morales concorreu pela terceira vez graças a uma controversa interpretação da Corte Suprema acerca dos dispositivos constitucionais que estabelecem em dois mandatos o limite para a permanência de um mandatário no poder. De acordo com o parecer da Corte, o partido *Movimiento al Socialismo* (MAS) estava habilitado a lançar nova candidatura do Presidente Evo Morales, uma vez que o primeiro mandato não era passível de computação, por ter sido conquistado antes da promulgação da nova Constituição que fundou, em 2009, o Estado Plurinacional da Bolívia. A “teoria da refundação” do Estado boliviano e o subseqüente lançamento de uma terceira candidatura

do Presidente Evo Morales provocaram fortes críticas de importantes segmentos da opinião pública e da oposição, que protestaram contra a suposta subserviência do Poder Judiciário e protocolaram queixas junto a foros e organizações internacionais, dentre eles a OEA.

Não obstante, o Presidente Evo Morales conquistou facilmente o seu terceiro mandato consecutivo, já no primeiro turno das eleições, com aproximadamente 61% dos votos válidos. Foi o candidato mais votado em quase todos os nove Departamentos do país – a exceção ficou por conta do Departamento do Beni, um dos tradicionais bastiões de oposição ao Governo Evo Morales. O MAS consolidou-se, por tabela, como força amplamente majoritária nas duas Casas da Assembleia Legislativa Plurinacional, obtendo mais de 2/3 das cadeiras da Câmara e do Senado, o suficiente para assegurar a aprovação de seus projetos e até mesmo de emenda constitucional que institui a possibilidade de reeleições indefinidas. Vale registrar que a contundente vitória do Presidente Evo Morales e dos candidatos do partido oficial nas eleições do ano passado acabou facilitada, em boa medida, pela fragmentação das forças oposicionistas.

Em 31 de março de 2015, a Bolívia realizou eleições municipais e departamentais, sendo que o segundo turno em alguns Departamentos e municípios ocorreu em maio de 2015. Nessas eleições, à diferença das realizadas em nível nacional, o MAS alcançou apenas 37,6% dos votos válidos, o que alimentou especulações sobre um pretenso declínio do partido governista e, por conseguinte, de seu maior líder. O partido manteve, por um lado, sólido apoio e presença em nível nacional e consolidou maioria na quase totalidade das assembleias legislativas dos Departamentos e das prefeituras. Perdeu, entretanto, nos Departamentos de La Paz, Santa Cruz e Tarija, além dos municípios de La Paz, Santa Cruz e Cochabamba. O governo foi derrotado, também, no emblemático município de El Alto, tradicional reduto da população indígena que migrou do campo para as imediações da capital. Ressalte-se, ainda, que os resultados favoráveis alcançados pelo MAS nos Departamentos de Chuquisaca e do Beni dependeram de decisões polêmicas do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), que cassou candidaturas e invalidou votos de oposição às vésperas do escrutínio. Na verdade, o grande derrotado das eleições nacionais e regionais parece ter sido mesmo a justiça eleitoral, cuja atuação sofreu, ao longo dos últimos seis meses, sucessivas e contundentes críticas de parte do governo e da oposição, bem como sérios reparos das missões de observadores internacionais (OEA, UNASUL e Mercosul). Em seguimento às críticas e pressões sofridas, os sete juízes do TSE renunciaram a seus cargos em maio passado, dando início a um processo de reforma nas regras de seleção dos novos magistrados.

ECONOMIA E COMÉRCIO

Entre março de 2014 e junho de 2015, a economia boliviana continuou a dar mostras de dinamismo e a exibir índices de crescimento superiores à média dos países da América do Sul. De acordo com o Ministério de Economia e Finanças Públicas do país, o PIB boliviano registrou crescimento de 5,5% em 2014, sendo que estimativas, para o corrente ano, inclusive do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam expansão novamente superior a 5%. O registro de significativas taxas de crescimento ao longo da última década - com média superior a 4% ao ano – permitiu que a Bolívia quadruplicasse seu PIB no período de 2000 a 2014, passando de 8,3 bilhões de dólares,

naquele ano, para 32,5 bilhões de dólares em 2014. O bom momento da conjuntura macroeconômica boliviana é corroborado por outros relevantes números exibidos nos últimos anos, quais sejam: inflação de 5,19% em 2014, com previsão de 5,5% para 2015; taxa de desemprego urbana de 3,2% em 2014; reservas internacionais da ordem de 15,12 bilhões de dólares (cerca de 47% do PIB); dívida pública interna do Banco Central de 3,61 bilhões de dólares (11% do PIB) em dezembro de 2014; o Investimento Externo Direto (IED) no país alcançou 2,1 bilhões dólares em 2014.

Os indicadores econômicos positivos têm reflexo na ampliação da distribuição de renda e na melhoria das condições de vida da população. Na última década, a porcentagem da população boliviana em situação de pobreza caiu de 51% para 35%, o que representou a ascensão social de aproximadamente um milhão e meio de bolivianos. O PIB per capita do país triplicou, passando de 994 dólares em 2000 para cerca de 3 mil dólares em 2014. A Bolívia atingiu antecipadamente quase todas as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No tocante ao comércio exterior boliviano, as exportações totais do país também apresentaram notável crescimento no período de 2000 a 2014, passando de 1,2 bilhão para 12,8 bilhões de dólares (dez vezes mais). Verifica-se, no entanto, tendência de redução no ímpeto das exportações, com variação de +5,3% em 2014 e de +3,3% em 2013 (contra +28,95% em 2012 e +31,3% em 2011). Como as importações somaram 10,5 bilhões de dólares em 2014, a balança comercial naquele ano apresentou superávit de 2,3 bilhões, montante 19,6% inferior ao observado em 2013 – note-se que o valor é praticamente o mesmo do superávit registrado com o Brasil no ano passado, que foi de 2,2 bilhões de dólares.

Principal parceiro comercial da Bolívia, o Brasil constituiu o destino de cerca de 30% das exportações bolivianas em 2014, seguido da Argentina (19,7%) e dos Estados Unidos (15,6%). A Bolívia é o único país da América do Sul que apresenta, de forma consistente, desde 2003, superávits comerciais com o Brasil, em função das volumosas exportações de gás, que responde pela quase totalidade da pauta exportadora boliviana para o País (98,2% em 2014).

Em 2014, a China passou a ser o principal país de origem das importações da Bolívia (17,2%), deslocando o Brasil (15,8%), que vinha ocupando o primeiro lugar desde 2001. As exportações brasileiras para a Bolívia são compostas basicamente de manufaturados (96%), com destaque para a venda de máquinas e automóveis. Em 2014, as exportações brasileiras para a Bolívia aumentaram 5,1% em relação a 2013 (de 1,5 bilhão para 1,6 bilhão de dólares), ao passo que as importações diminuíram 5,4% (de 4 bilhões para 3,8 bilhões de dólares) em relação a 2013. O déficit brasileiro de 2,2 bilhões de dólares sofreu redução de 11,9% em comparação com o ano anterior.

São dois os fatores centrais por trás dos bons resultados do auto-intitulado “Modelo Econômico-Social Comunitário e Produtivo”: i) o aumento da demanda doméstica, resultado do crescimento da renda das famílias e da diminuição dos níveis de desigualdade; e (ii) a elevação do preço internacional dos hidrocarbonetos, cuja alta tributação constitui a principal fonte de receita do Estado boliviano - no período de 2000 a 2013, o valor exportado dos hidrocarbonetos, em particular o do gás natural, aumentou mais de quatro mil por cento, ao passo que o volume exportado se elevou 674%. Analistas indicam, contudo, que a excessiva dependência da economia boliviana com relação à exportação de gás natural, cujos preços tomam como referência o barril de

petróleo, e que tem no Brasil e na Argentina seus principais mercados, poderá gerar relativa dificuldade para o país caso persista o cenário de queda nos preços internacionais do petróleo.

ENERGIA E INFRAESTRUTURA

O Governo boliviano anunciou recentemente que pretende transformar a Bolívia, até o ano 2025, no “centro energético da América do Sul”. Além de dar seguimento e de ampliar a já bem-sucedida exploração do gás natural boliviano, a iniciativa pretende desenvolver o potencial de produção e exportação de energia elétrica do país. Nessa perspectiva, os setores de hidrocarbonetos e energia elétrica podem ser identificados como potenciais nichos de oportunidades de cooperação com vistas ao estabelecimento de uma agenda bilateral positiva. Vale mencionar também que a Bolívia manifesta, desde 2014, interesse na cooperação bilateral em matéria de produção e uso da energia nuclear para fins pacíficos.

No setor de hidrocarbonetos, o gás natural segue sendo o mais importante e valioso recurso natural da Bolívia, que exporta aproximadamente 55% de sua produção para o Brasil (32,5 milhões de m³/dia, em média). O “*Gas Supply Agreement*” (GSA), que constitui elemento central na relação bilateral das últimas décadas, expirará em 2019, e o acordo previu que as negociações para sua renovação poderiam ter começado no ano passado. Especialistas locais afirmam, no entanto, que a produção de gás nos campos existentes entrará em declínio a partir de 2017, e que a Bolívia não teria descoberto, ainda, reservas em quantidade suficiente para assegurar os atuais níveis de fornecimento, seja para abastecer o crescente consumo interno, seja para atender a demanda de seus tradicionais mercados externos (Brasil e Argentina). Para reverter essa situação, existe a expectativa do Governo boliviano e da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* (YPFB) de poder contar com os investimentos da Petrobrás e das demais petroleiras estrangeiras que atuam no país.

Nessa perspectiva, os acordos entre Petrobras e YPFB, assinados em agosto de 2014, com a finalidade de eliminar pendências em relação aos pagamentos pelo chamado “gás rico” e aos descontos pelas falhas na entrega do gás, abriram caminho para as negociações para a renovação do GSA. Geraram, ainda, em cenário de escassez de energia elétrica no Brasil, as condições para prorrogação por mais dois anos, do contrato interrompível de fornecimento de gás natural à UTE Mário Covas, em Cuiabá (com volume diário adicional de 2,24 milhões de m³/dia). Contribuiu para tal desfecho a visita a Cochabamba realizada pelo ex-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Figueiredo Machado, e pelo ex-Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, com o propósito de passar em revista os temas da agenda bilateral em matéria de energia.

Em março de 2015, coube ao Ministro de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia, Luis Alberto Sánchez, chefiar delegação que manteve encontros, em Brasília, com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, a fim de avançar na cooperação energética bilateral. Acompanhados de representantes da Eletrobrás e da estatal Empresa Nacional de Eletricidade Bolívia (ENDE), os Ministros deram início a tratativas para a elaboração de instrumento de cooperação bilateral de caráter amplo na área de eletricidade, tendo em conta o interesse boliviano em estimular a integração elétrica em todos os níveis.

Eletrobrás e ENDE deram início à negociação de um memorando de entendimento para embasar a cooperação demandadaⁱⁱ.

Por ocasião dessa visita ao Brasil, o lado boliviano também aventou a possibilidade da participação de empresas brasileiras em processos licitatórios para a elaboração de estudos e construção de hidrelétricas em território boliviano, sendo que a principal oportunidade, neste caso, estaria representada pelo projeto de construção da hidrelétrica binacional de Ribeirão, no rio Madeira (localidade fronteiriça de Guayaramerin/Guajará-Mirim, com potencial geração de 3.000 MW) e da hidrelétrica de Cachuela Esperanza, no rio Beni (com potencial de 800 MW). A Bolívia sinalizou, ainda, interesse na realização de estudos de viabilidade para a operação da usina de Jirau na cota de 90 metros no período da seca, de modo a permitir o aumento da produção de energia e que a Bolívia se beneficie desse aumento. Esse interesse, porém contrasta com as críticas bolivianas à construção de Jirau e de Santo Antonio, devidas à preocupação com impactos ambientais e enchentes em território boliviano.

No campo da infraestrutura, o Governo boliviano retomou o tema do corredor rodoviário bioceânico como potencial elemento catalisador da política de desenvolvimento do país, bem como das relações bilaterais com o Brasil. Ao longo de 2014 e 2015, permaneceram, entretanto, as dificuldades de ordem técnica e política do lado boliviano, sobretudo em função do acirramento das tensões com o Chile por causa do acesso ao mar. O Presidente Evo Morales insiste em que o referido corredor seja redirecionado para o litoral sul do Peru, projeto com o qual o Brasil mostrou não estar de acordo. Ganhou igualmente realce, na Bolívia, o anúncio recente dos estudos de viabilidade para a construção, com apoio de capital chinês, do corredor ferroviário que conectaría os litorais brasileiro e peruano contornando o território boliviano. As autoridades bolivianas, no entanto, insistem na adoção de um traçado que inclua o seu país.

Registre-se que o programa boliviano de investimentos estatais em grandes obras públicas representa oportunidade ímpar para as grandes empreiteiras de capital estrangeiro, sobretudo porque as empresas nacionais não puderam adquirir, ainda, condições técnicas e financeiras para participar sozinhas nas concorrências desse gênero de projetos. A esse respeito, vale destacar o programa de reforma e de expansão da malha viária do país, que constitui uma das prioridades da política de desenvolvimento e integração regional do Governo Morales.

DEFESA E COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE COMBATE ÀS DROGAS

A Bolívia figura, há quase duas décadas, como terceiro maior produtor de folha de coca no mundo, com uma área plantada, hoje, de aproximadamente 23.000 hectares. Advindo do movimento dos plantadores de coca (“cocaleros”) da região do Chapare (Trópico de Cochabamba), o Presidente Evo Morales tem promovido política de revalorização da folha de coca, procurando marcar a distinção entre a planta e a droga (“Coca Sí, Cocaína No”). Em que pesem as evidências de que a produção de cocaína tem-se disseminado pelo território nacional, o Governo Evo Morales define a Bolívia apenas como país de trânsito da droga e invoca a necessidade da responsabilidade compartilhada para pedir cooperação internacional na matéria, desde que a mesma não viole a soberania nacional e o respeito aos direitos humanos.

O Presidente Evo Morales contrapõe os êxitos do modelo boliviano de combate ao narcotráfico à falta de resultados dos países que seguem a cartilha norte-americana. Desde que assumiu o poder, Evo Morales determinou ações destinadas a afastar a cooperação dos EUA em matéria de combate às drogas, como, por exemplo, a expulsão da DEA (2008) e da USAID (2013), sob a alegação de que tais agências interferiam indevidamente nos assuntos internos e conspiravam contra o Governo local. Principal política nacional pública para o setor, a chamada “Estrategia de Lucha Contra el Narcotráfico y Reducción de Cultivos Excedentários de Coca 2011-2015” assenta-se sobre os pilares da (i) redução da oferta, (ii) redução da demanda e (iii) redução dos cultivos excedentários da folha. Com relação a este último pilar, a Estratégia prevê estabilizar em 20 mil hectares a superfície total de plantações de coca, mediante a definição e delimitação de zonas de produção e a erradicação dos cultivos nas áreas proibidas.

O Relatório de Monitoramento de Cultivos de Coca na Bolívia, elaborado pelo UNODC, registra êxitos na redução da superfície de cultivo da folha de coca em nível nacional. A Edição 2014 do Relatório registrou diminuição da área plantada pelo terceiro ano consecutivo, com uma redução acumulada de 27%: 31.000 hectares em 2010; 27.200 ha em 2011 (- 12%); 25.300 ha em 2012 (- 7%); e 23.000 hectares em 2013 (- 9%). Por outro lado, o Governo boliviano divulgara, em novembro de 2013, os principais resultados do “Estudio Integral de la Demanda de la Coca”, que apontaram a necessidade de uma superfície de 14.705 hectares para atender a um consumo para fins tradicionais. Não obstante, em dezembro de 2014, o Vice-Ministro de Defesa Social e Substâncias Controladas (VDS), Felipe Cáceres, afirmou que o Governo espera atingir a meta de 20 mil hectares ainda em 2015, mas indicou a impossibilidade de reduzir ainda mais a área de cultivo, sob pena de criar profundos conflitos sociais. O VDS defende o apoio da cooperação internacional para promover a industrialização do cultivo excedentário e evitar, assim, o desvio do excedente de folhas para o narcotráfico.

Com a redução do envolvimento dos EUA no combate ao narcotráfico na Bolívia, o Brasil passou a ser considerado – junto com a União Europeia - importante fonte de cooperação na matéria. A Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos é o principal mecanismo regular pelo qual autoridades governamentais e policiais de ambos os países passam em revista a agenda de cooperação bilateral. Na VIII Comista (Brasília, 28-29/8/2013), as partes reuniram-se em mesas técnicas para debater, revisar pendências e assumir novos compromissos nas áreas de: a) redução da oferta; b) prevenção e redução de danos; c) cooperação jurídica; d) precursores e produtores controlados; e) lavagem de dinheiro; f) tráfico de armas; g) capacitação e treinamento; h) veículos roubados; e i) tráfico de pessoas. Caberia agora ao lado boliviano propor, para o corrente ano, as datas para a realização da IX Comista.

Os Acordos de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Boliviana, o Convênio Tripartite Brasil-Bolívia-EUA de apoio ao projeto piloto de Sistema de Controle da Redução de Cultivos Excedentários de Coca e o Mecanismo Trilateral Brasil-Bolívia-Peru constituem outras importantes iniciativas em matéria de cooperação no enfrentamento do problema das drogas.

A Bolívia vem logrando avanços em matéria de ampliação de direitos sociais, econômicos e culturais. Amparados pela sólida maioria oficialista no Legislativo boliviano, o Governo Evo Morales, destacou-se pelo continuado esforço de promover o desenvolvimento econômico com equidade, adotando políticas públicas voltadas para a redução da pobreza extrema e para a superação da histórica desigualdade social oriunda de questões étnicas, econômicas e de gênero. Segundo informe da Defensoria boliviana e de vários organismos internacionais, tais políticas tem favorecido melhor acesso a educação, alimentação, água, serviços básicos, saúde, infra-estrutura urbana, novas tecnologias e recreação.

Igualmente dignos de nota são os avanços registrados até o momento no cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com dados de entidades nacionais de estatística e de análise de políticas públicas, a Bolívia se encontra bem posicionada para atingir as metas de redução da pobreza, desnutrição e malária, ao passo que as metas de cobertura da rede de água potável foram cumpridas já em 2013; ademais, estima-se êxito parcial nos indicadores de educação e igualdade de gênero, permanecendo aquém das metas as áreas de saúde materna e infantil e de ocorrência de enfermidades como tuberculose, HIV-AIDS e doença de Chagas.

Em que pesem esses avanços, o país ainda enfrenta desafios, como bem apontou o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na ocasião, foram destacados os quatro itens centrais mais problemáticos a serem enfrentados: a) direitos da criança e do adolescente, em especial no tocante à erradicação do trabalho infantil; b) violência de gênero; c) direitos da população carcerária; e d) acesso à justiça. São frequentes, ainda, as críticas à falta de independência do judiciário e ao uso da justiça para perseguir políticos da oposição (“justicilização da política”).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Governo Evo Morales caracteriza-se pela busca crescente de protagonismo e autoafirmação do país no cenário internacional, seja pela presença mais ativa nos eventos, nas organizações e nos mecanismos de concertação política de natureza internacional, seja por meio da valorização de conceitos e costumes ancestrais - despenalização da produção da folha de coca, defesa dos direitos dos povos indígenas e da Pachamama (“Mãe Terra”), promoção do conceito de “vivir bien”, etc. É nesse contexto que devem ser observados e interpretados episódios e iniciativas que marcaram a política externa boliviana dos últimos anos, como por exemplo: a introdução e aprovação de reserva à Convenção de Viena de Entorpecentes que assegura à Bolívia o direito do consumo da folha de coca para fins tradicionais (mastigação, rituais religiosos, usos medicinais); a exaltação dos resultados e dos parâmetros da estratégia nacional de combate às drogas; o exercício da Presidência do G-77+China e a realização, em Santa Cruz, de reunião de cúpula do grupo; a oferta para sediar e organizar encontros ministeriais da ASPA, da ASA, da CELAC, da UNASUL, da ONU e do G-77+China; o enaltecimento dos números e benefícios propiciados pelo seu “modelo de desenvolvimento econômico-social-comunitário e produtivo”.

No que tange aos blocos de integração regionais, o Governo Evo Morales tem privilegiado a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), com a adoção de alinhamento automático e incondicional com os países-membros,

especialmente Cuba e Venezuela. O país vê, ademais, como estratégica a participação e a promoção de iniciativas em organismos regionais como a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos). A assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul na qualidade de membro pleno tem ensejado intenso debate interno, com notório empenho do Governo na defesa do novo foro face ao ceticismo e à preocupação dos setores empresariais e agropecuários, que preferem enaltecer o caráter de “complementariedade” econômica da Comunidade Andina (CAN). Percebe-se uma forte e por vezes agressiva retórica contra a Aliança do Pacífico, cujos mandatários chegaram a ser tachados pelo Presidente Evo Morales de “lacaios do imperialismo”.

No tocante ao relacionamento da Bolívia com seus vizinhos e com seu entorno regional, sobressai a política de hostilidade retórica ao Chile, em função da perda do litoral boliviano ocasionada pela derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883), bem como da subsequente e histórica reivindicação de “acesso soberano ao mar”. A Bolívia não mantém, desde 1962, relações diplomáticas com o Chile, exceto por um breve período nos anos setenta durante os regimes de exceção vigentes em ambos os países (1975-1978). Após várias e frustradas tentativas de equacionar bilateralmente o problema, a Bolívia decidiu, em abril de 2013, apresentar demanda perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) para obrigar o Chile a negociar “de boa fé” o acesso soberano ao mar. O Chile questionou a competência da Corte para julgar a matéria, e as exposições preliminares a esse respeito ocorreram em maio passado. As relações com o Chile encontram-se, assim, completamente condicionadas à evolução da questão marítima, o que acaba obliterando avanços em qualquer outro tema da agenda bilateral.

Notam-se recentemente tendências de reaproximação com o Peru e o Paraguai, países vizinhos com as quais a Bolívia vinha mantendo certa distância por distintos motivos. No caso peruano, as diferenças ideológicas e as acusações mútuas em relação à origem da cocaína transitada pelo país parecem ter sido superadas a ponto ter sido possível realizar, em final de junho passado, a primeira reunião do chamado Gabinete Binacional, mecanismo pelo qual os Chefes de Estado mantêm reuniões de trabalho em companhia de seus respectivos ministérios. O documento final emanado do encontro refletiu a série de ações acordadas em matéria de defesa, de segurança, de combate a ilícitos transnacionais, de meio ambiente, de integração física e de cooperação energética. Já no caso do Paraguai, a recente visita do Presidente Evo Morales a Assunção para manter encontro com seu homólogo paraguaio e assinar acordos de integração energética marcou o fim do distanciamento diplomático resultante do processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Lugo. A Bolívia tem mantido excelentes e profícias relações diplomáticas com a Argentina e com o Uruguai.

No âmbito das relações extra-regionais, a política externa do Governo Evo Morales tem como principal traço característico a hostilidade e o distanciamento com relação aos Estados Unidos. As expulsões da DEA, do Embaixador dos Estados Unidos e da USAID foram sucedidas pela decisão norte-americana de encerrar as atividades da NAS na Bolívia, bem como pelo emblemático episódio no qual o avião presidencial boliviano se viu impedido de sobrevoar o espaço aéreo da França, da Espanha e da Itália, o que levou ambos os países a atingir a pior fase da história de suas relações bilaterais. Em compensação, assiste-se à implementação de uma política de aproximação crescente com a China, país com o qual a Bolívia tem estabelecido inúmeros acordos e iniciativas

nas áreas de defesa, de cooperação técnica, de infraestrutura, de comunicação, de energia e de prospecção de recursos naturais. Além das operações de crédito que permitiram à Bolívia adquirir produtos de defesa de alto valor agregado, ganhou especial realce interno a parceria para a construção e o lançamento, em dezembro de 2013, do primeiro satélite geoestacionário de telecomunicações do país. O Governo boliviano ensaiou, ainda, política de aproximação com a Rússia, com destaque para os acordos de atuação conjunta na área de prospecção e exploração de reservas de gás natural na Bolívia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A demanda por projetos de cooperação técnica por parte do Governo boliviano é intensa e constante, sobretudo nas áreas de agricultura, saúde, educação e meio-ambiente. Na carteira atual de projetos de cooperação do Brasil com a Bolívia, há catorze iniciativas, sendo onze bilaterais e três trilaterais. Oito dos projetos bilaterais estão relacionados a atividades agropecuárias, com a participação de órgãos brasileiros diversos (MAPA, Embrapa, Conab, Emater/MG) e com o enfoque sobre variados aspectos do setor agropecuário. A carteira de projetos de cooperação bilateral inclui, ademais, a criação e manutenção, no Hospital da Mulher em La Paz, do primeiro banco de leite do país. Segue pendente, entretanto, a assinatura de projetos voltados para a modernização dos correios bolivianos e o fortalecimento do Museu Nacional de Arqueologia, com a participação do Ministério de Comunicações e do IPHAN, respectivamente.

Já o projeto trilateral Brasil-Bolívia-Itália intitulado “Amazônia Sem Fogo” foi considerado “projeto estrela” pelo Ministério de Meio-Ambiente e Águas da Bolívia, tendo sido selecionado como exemplo de “boas práticas” em informe sobre biodiversidade do G-77. Trata-se de projeto pelo qual o Ibama realiza, com apoio financeiro da cooperação italiana, atividades de capacitação para autoridades técnicas e membros da sociedade civil da Bolívia com vistas à redução de focos de incêndio nas regiões atendidas (a primeira fase resultou em redução de 95% na incidência dos focos). Ainda no âmbito trilateral, concluiu-se recentemente a negociação de acordo com Espanha e Bolívia para desenvolver atividades para melhoria da prestação dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

Também merece ser registrada a abertura de nova vertente de cooperação relacionada a recursos hídricos com a visita do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, em maio de 2015. A iniciativa brasileira de oferecer cooperação teve o duplo propósito de suprir as necessidades na matéria e arrefecer desconfianças em relação ao aproveitamento dos recursos hidroelétricos da região do Rio Madeira. Na ocasião da visita, acordou-se com o Governo boliviano que seria de interesse mútuo a assinatura de convênio de cooperação que abrangesse quatro eixos (i) rede de monitoramento de qualidade d'água; (ii) sistemas e bases de dados; (iii) atividades de capacitação; e (iv) estabelecimento de estações telemétricas. Para tanto, combinou-se, para o futuro próximo, a realização de missão técnica conjunta da ANA e da ABC com vistas a levantar e detalhar as necessidades bolivianas e negociar os termos do instrumento a ser assinado.

Outra importante dimensão da cooperação brasileira são as atividades multilaterais de formação oferecidas pela Agência Brasileira de Cooperação em parceria com institutos técnicos brasileiros e organismos internacionais.

RELAÇÕES CULTURAIS E COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cultura brasileira, nas suas mais variadas formas de manifestações, encontra grande e inequívoca receptividade de parte do público boliviano. Com o objetivo de melhor promovê-la na sociedade local, o Setor Cultural da Embaixada propõe, aprova e executa anualmente o Programa de Difusão Cultural (PDC), o Programa de Promoção do Audiovisual Brasileiro (PPAB) e o Programa de Difusão da Realidade Brasileira (PDRB). É no marco destes Programas que o Setor apoia e/ou realiza diversas atividades destinadas a divulgar a cultura brasileira no país, tais como: a apresentação de artistas brasileiros no “Festijazz”; a difusão do já tradicional programa semanal de rádio “Sonidos de Brasil”; a promoção do “Miércoles de Cine Brasileño”; e o recém-inaugurado projeto “Jueves de Tertulias” (ou “Quintas de Sarau”), que oferece condições para que artistas amadores brasileiros e bolivianos expressem sua arte. No segundo semestre de 2015, deverá juntar-se a essas atividades de natureza recorrente o projeto “Martes de Literatura”, que visa a oferecer aos públicos de La Paz contato com a sociedade e os valores brasileiros por meio da literatura.

O Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) constitui importante vetor de promoção da cultura brasileira no país. Criado em 1958, o CCBB não só oferece ao público local os tradicionais cursos regulares e intensivos de língua portuguesa, mas também atividades culturais e sociais com o duplo objetivo de promover os costumes e valores brasileiros e de criar pontes de integração entre os dois países mediante o diálogo entre as sociedades. O CCBB é também uma das instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a aplicar o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

TEMAS CONSULARES

Além do Departamento de La Paz, a jurisdição do Setor Consular da Embaixada abrange os Departamentos de Oruro, de Potosí, de Chuquisaca e de Tarija, contando com o apoio de consulados honorários nos municípios de Tarija e de Sucre (Departamento de Chuquisaca). A média de brasileiros e de estrangeiros atendidos pelo Setor é de 95 pessoas por dia, seja em pessoa, por telefone ou por email.

A maior parte da comunidade brasileira residente na Bolívia é composta por estudantes universitários que estão sob as jurisdições dos Consulados-Gerais de Santa Cruz de la Sierra e de Cochabamba. É comum que os estudantes procurem as repartições consulares brasileiras na Bolívia para se queixarem de abusos por parte da polícia e de outras autoridades bolivianas (violência, batidas policiais e extorsões), bem como de golpes aplicados por falsas autoridades educacionais no tocante à obtenção e à validação de seus diplomas.

A Bolívia situa-se, segundo informações estatísticas referentes ao exercício de 2014, em segundo lugar em número de brasileiros presos na América do Sul, precedida apenas pelo Paraguai. Dos 109 nacionais brasileiros presos no país - a maioria sob

alegação de tráfico de drogas e em prisão preventiva -, apenas 5 estão reclusos na jurisdição do Setor Consular da Embaixada em La Paz, sendo que 2 deles se encontram detidos no Departamento de Tarija.

TEMAS MIGRATÓRIOS E DE FRONTEIRA

A ampla e porosa fronteira do Brasil com a Bolívia representa desafio não só em matéria de segurança e de combate a ilícitos de natureza transnacional, mas também no âmbito da migração, da integração física, do pequeno comércio fronteiriço. São quase 3.600 km em regiões predominantemente de florestas cobertos por apenas quatro postos de controle migratório-alfandegário – a fronteira bilateral chega a ser ligeiramente maior que a do México com os Estados Unidos. Cite-se, a título de ilustração, a questão da presença ilegal de contingente expressivo de agricultores e extrativistas brasileiros nas imediações do município de Puerto Rico, a menos de 50 km da divisa do Departamento do Pando com o Estado do Acre, o que levou o Governo brasileiro a implementar, por meio da Organização Internacional de Migrações (OIM), programa de reassentamento dessas famílias no lado brasileiro da fronteira. Outros dois emblemáticos desafios a esse respeito são a questão das irregularidades da feira de produtos bolivianos em Corumbá (MS) e a situação dos bolivianos que ocupam ilegalmente terras em Puerto Arroyo, próximo a Puerto Suárez, na divisa do Departamento de Santa Cruz com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Para estimular e conceber soluções concertadas para os desafios da área de migração e fronteiras, os Governos do Brasil e da Bolívia acordaram reativar, em 2011, mecanismo de reuniões periódicas de quatro Comitês de Integração Fronteiriça correspondentes aos quatro principais pontos de passagem da divisa bilateral: (i) Corumbá – Puerto Suárez; (ii) Cáceres – San Matías; (iii) Cobija – Brasiléia/Epitaciolândia; e (iv) Guayaramerín - Guajará-Mirim. As reuniões dos Comitês envolvem autoridades federais, regionais e municipais de diversas áreas de ambos os países que tratam de temas como: segurança na fronteira; preservação do meio-ambiente; migração; integração econômica; infraestrutura e transportes; educação; turismo; serviços; e questões aduaneiras. O primeiro ciclo de reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça concluiu-se em novembro de 2013 com o encontro do Comitê de Guayaramerín - Guajará-Mirim.

SEÇÃO II – Ações Realizadas

O Setor Político da Embaixada do Brasil em La Paz recebeu e prestou apoio logístico aos brasileiros que integraram as missões de observadores internacionais que acompanharam as eleições nacionais e regionais de outubro de 2014 e de março de 2015. Participou, igualmente, das reuniões nas quais os chefes das missões apresentaram ao corpo diplomático local suas respectivas metodologias de trabalho, preocupações e conclusões. A Embaixada cedeu, ainda, diplomata para integrar, pelo Brasil, a missão de observadores do Mercosul, cujo chefe foi o brasileiro Ivan Ramalho, na qualidade de Alto Representante Geral daquela organização.

No período compreendido por este relatório, o Setor Político realizou gestões e confirmou o apoio boliviano às seguintes candidaturas brasileiras: a) Embaixador João

Clemente Baena Soares, candidato a reeleição à Comissão Jurídica Interamericana (CJI), no pleito de junho de 2014, durante a XLIV Assembleia Geral da OEA; b) candidatura à Vice-Presidência da Comissão do Codex Alimentarius (CAC), nas eleições de julho de 2014, em Genebra; c) candidatura ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), nas eleições durante a Conferência de Plenipotenciários (PP-14), de 20 de outubro a 7 de novembro de 2014; d) Professor Leonardo Nemer Caldeira Brant, candidato ao cargo de juiz do Tribunal Penal Internacional, nas eleições de dezembro de 2014, durante a XIII Sessão da Assembleia dos Estados Partes, em Nova York; e e) Senhor Ernani Argolo Checcucci Filho, que foi eleito ao cargo de Diretor de Fortalecimento de Capacidades da Organização Mundial de Aduanas (OMA), nas eleições de junho de 2015.

A Embaixada em La Paz apoiou e acompanhou a visita da Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, a La Paz, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Evo Morales.

De janeiro de 2014 a junho de 2015, o Setor de Promoção Comercial e Temas Econômicos do Posto identificou 51 concorrências internacionais públicas bolivianas e atendeu a 377 consultas na área de comércio, investimentos e turismo. Dentre as atividades de apoio e assessoramento às empresas brasileiras, destaca-se o apoio à Embraer nas negociações (ainda em curso), para a venda de 12 aeronaves A-29 Super-Tucano e pacote logístico à Bolívia.

Cabe registrar, ainda, as seguintes principais atividades de promoção comercial e turística ao longo de 2014: (a) participação, em parceria com a Embratur, na Feira Internacional de Turismo FIT Bolívia 2014, em Santa Cruz; (b) apoio à realização de missão do BNDES à Bolívia; (c) participação, em parceria com a Câmara de Comércio Boliviano-Brasileira, em rodada de negócios no âmbito da Feira Expocruz, em Santa Cruz; (d) atuação na organização de missão da Eletrobras Sucursal Andina à Bolívia; (f) apoio à participação do grupo “Metal Brasil”, de empresas brasileiras, na feira Expocasa, em Santa Cruz; e (g) promoção, por ocasião da Copa do Mundo 2014, da exibição de vídeos institucionais da Embratur em diferentes cinemas e canais de televisão locais.

Já em 2015, sobressaíram, até o mês de junho, as seguintes atividades na área de promoção comercial e de investimentos: (a) apoio à realização de missão da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO); (b) apoio à realização da 4ª Expedição Interoceânica Brasil-Peru-Bolívia-Chile-Argentina; (c) apoio à realização da Travessia Bioceânica EGNV, do Instituto Surear, em que veículo movido a gás e etanol atravessou o corredor bioceânico; e (d) participação na Feira Internacional de Turismo FIT Bolívia 2015, em La Paz, onde o estande brasileiro foi premiado.

Ainda em 2015, a Embaixada participou de diversos seminários e encontros de natureza empresarial, bem como atuou na promoção de 16 feiras setoriais brasileiras, o que resultou na ida ao Brasil de várias empresas e/ou homens de negócios bolivianos; atuou na organização da participação de empresas do Comitê Descubra Brasil e das quatro maiores operadoras de turismo da Bolívia na feira WTM Latin America, em São Paulo; na realização de campanha promocional dos destinos turísticos do MS, resultando na realização de viagem “Fam Tour” de operadores e agências de turismo bolivianas, de

viagem “Press Trip” de jornalistas bolivianos, e de viagem de equipe de programa de tv boliviano a Mato Grosso do Sul; e na organização da “1ª Jornada de Integración del Conocimiento”, em cooperação com a Prefeitura de La Paz, trazendo especialista do Sebrae à Bolívia. Seguem em curso as tratativas para organizar: (a) missão ao Brasil da Câmara de Exportadores de Santa Cruz (CADEX), prevista para agosto; (b) realização do workshop “Amazonas-Bolívia em Bonito”, no Mato do Grosso do Sul, em parceria com a prefeitura daquela cidade e a empresa aérea Amazonas, previsto para setembro; e (c) viagem de missão do BNDES à Bolívia para fins de prospecção de projetos, em agosto.

O Setor de Energia e de Infraestrutura da Embaixada manteve, ao longo de 2014 e 2015, contatos e reuniões com autoridades e especialistas das áreas de eletricidade e petróleo (inclusive com representantes da Petrobras Bolívia), a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades que possam atender ou comprometer o interesse nacional.

Em abril de 2014, a Embaixada em La Paz apoiou, juntamente com o Consulado em Cochabamba, a missão na qual o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro de Minas de Energia passaram em revista os temas da agenda bilateral em matéria de energia.

No tocante a oportunidades na área de infra-estrutura, o Posto detectou e informou 46 concorrências públicas internacionais abertas em 2014, sendo que: 26 delas foram feitas pela “*Administradora Boliviana de Carreteras*” (ABC), relativas a estradas e pontes; 11 por outras empresas e/ou entidades estatais; 7 por governos departamentais e municipais; e 2 por Ministérios. Já em 2015, foram identificadas, até junho, 3 concorrências da ABC e 2 do governo departamental de Potosí. Não houve, entretanto, registros de participação de empresas brasileiras em licitações de obras no período em tela.

O Setor de Defesa e Combate ao Narcotráfico participou de reuniões e de atividades do Grupo Temático sobre Drogas do UNODC. Em seguimento aos compromissos contraídos por ocasião da VIII Comista sobre Drogas e Temas Conexos, apoiou e acompanhou a realização, em março de 2014, de videoconferência em matéria de prevenção e redução de danos.

O Setor de Cooperação da Embaixada recebeu e integrou, desde março de 2014 até junho de 2015, um total cinco missões técnicas a La Paz, integradas por funcionários da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ibama, dos Ministérios de Meio-Ambiente e das Cidades, da Agência Nacional de Águas (ANA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

No período em apreço, o Posto ajudou a viabilizar a candidatura e a participação de seis técnicos bolivianos em cursos de capacitação oferecidos pela ABC em parceria com institutos técnicos brasileiros e organismos internacionais.

Houve ainda algumas atividades isoladas de cooperação humanitária, que incluíram a doação de medicamentos contra Tuberculose e Doença de Chagas e o empréstimo de helicóptero da FAB para atuar em operações de socorro às comunidades

afetadas pelas inundações nos Departamentos do Pando e do Beni em março do ano passado.

As primeiras ações do Setor Cultural da Embaixada em 2014 foram pautadas pela promoção da Copa do Mundo Brasil 2014. O Programa Brasil Voluntário, organizado pelo Ministério do Esporte, teve ampla divulgação e angariou participantes bolivianos à iniciativa. Por conta de gestões efetuadas pelo Posto, no “Marco dos 100 dias para a Copa”, a Prefeitura de La Paz concordou em iluminar, com as cores do Brasil, as Pontes Trigêmeas, uma das construções mais notáveis da cidade. O artigo do ex-jogador Ronaldo Luís Nazário de Lima foi publicado em dois dos maiores diários do país, “La Razón”, de La Paz, e “El Deber”, de Santa Cruz. O início da competição foi precedido, ainda, de entrevista coletiva com a imprensa local com vistas à divulgação dos números e dos benefícios resultantes da Copa. No jogo de abertura, a Embaixada promoveu evento com a transmissão da cerimônia de inauguração e da partida de futebol para o corpo diplomático e outros seletos convidados e formadores de opinião locais.

No primeiro semestre de 2015, o Posto divulgou amplamente, via redes sociais e palestras informativas em colégios e universidades, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), o que resultou, em relação ao ano passado, aumento de cerca de 20% da demanda por vagas em universidades brasileiras (em nível de graduação e pós-graduação)

Além de viabilizar, uma vez mais, a participação brasileira no FestiJazz, o Setor Cultural da Embaixada organizou, no Teatro Municipal de La Paz, o espetáculo “Brasil Sinfônico”.

Outro importante aspecto da atuação do Setor durante o período em tela foi o da consolidação das redes sociais como importante ferramenta de trabalho para a divulgação de todas as atividades culturais, educacionais, comerciais e turísticas da agenda bilateral em 2014. Como resultado, o perfil da Embaixada no Facebook ultrapassou a marca de 8.500 seguidores, aproximando-se do objetivo de atingir a marca 10.000 até o final de 2015.

O Setor Cultural contribuiu na logística e nos debates do seminário “Jornadas Pedagógicas”, evento organizado pela instituição cultural Simón Patiño, que teve como um dos convidados, um especialista brasileiro na obra de Paulo Freire.

O Setor promoveu, pelo sexto e sétimo anos consecutivos, o “Miércoles de Cine Brasileño”.

O Setor também participou do “Cine Sin Fronteras”, atividade desenvolvida a partir de intercâmbio entre a Escola de Cinema e Artes Audiovisuais (ECA-Bolívia) e universidades brasileiras destinada a levar conhecimentos básicos de filmagem, roteiro, direção e produção cinematográfica a comunidades indígenas de zonas rurais/periféricas, por meio de atividades práticas e interativas. Organizou ainda, em parceria com a Cinemateca Boliviana, a “Mostra de Cinema Indígena”. Por fim, promoveu-se, no final de junho de 2015, a participação de diretor brasileiro no festival de cinema “Bolivia Lab”.

Por favorecer a diversificação da agenda cultural do Posto, por propiciar a interação com instituições locais brasileiros e por divulgarem o trabalho de artistas pouco conhecidos no país, também merece ser destacada a participação da companhia brasileira de dança “Anti Status Quo” no Festival Internacional de Teatro de La Paz.

Realizaram-se, a partir de novembro de 2014, cinco edições do evento “Jueves de Tertulias” (“Quintas de Sarau”), que constitui importante espaço de diálogo cultural entre artistas amadores brasileiros e bolivianos. Na única edição de 2014, houve apresentação de grupos de dança, leituras de poemas e apresentações musicais. Em 2015, já se realizaram outras quatro edições do evento, com significativa repercussão na imprensa local. Nessa ordem de ideias, cantores, escritores, instrumentistas, grupos folclóricos, bandas, artistas gráficos, grupos de capoeira e até uma escola de origami, dentre outros, têm enriquecido a cena artística paceña. Apoiado pela imprensa local, o projeto tem-se mostrado muito bem sucedido e já há lista de espera para apresentar-se na área social do prédio do CCBB (audiência de aproximadamente 60 pessoas)

O CCBB procurou atrair variadas atividades culturais para seus espaços privilegiados ao longo de 2014 e do primeiro semestre de 2015, tais como exposições de artistas gráficos de quadrinhos bolivianos, de fotografias do país feitas por membros do Grulac (“Miradas de Bolívia”), de origamis, de artistas plásticos locais. Sempre que possível, o Centro tem franqueado seu espaço para que artistas e intelectuais brasileiros e bolivianos, com projetos vinculados ao Brasil, realizem palestras e/ou oficinas de trabalho destinadas a aproximar as culturas de ambos os países.

Além do ensino da língua portuguesa e da aplicação do exame CELPE-Bras, o Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) realizou Seminário de Atualização de Professores e Preparo de Material didático, ministrado pela Profª Regina Lúcia Péret com vistas à capacitação do corpo docente e ao lançamento de debate teórico sobre a iniciativa de elaboração de método próprio do CCBB.

Com o intuito de substituir o material didático produzido na Argentina, o corpo docente do CCBB deu seguimento ao projeto de desenvolvimento de material próprio com referências à cultura e à realidade bolivianas, bem como a suas interconexões com o Brasil.

No período de março de 2014 a junho de 2015, o Setor Consular processou um total de 7472 documentos consulares que resultaram em Renda de 15 mil dólares (6.200 Atos Notariais, 6.200 Registros Civis, 811 Vistos e 390 documentos de viagem). Nesse período, realizaram-se, ainda, 18 visitas aos nacionais detidos em penitenciárias localizadas na jurisdição do Posto.

Em 2014, o Setor Consular procedeu à repatriação de dois nacionais brasileiros desvalidos e apoiou o Consulado-Geral em Santa Cruz na localização e na devolução à mãe de uma menor brasileira que havia sido trazida ilegalmente à Bolívia pelo padrasto boliviano.

No mesmo período em apreço, o Setor acompanhou, junto com escritório de assessoria jurídica, todos os trâmites legais de autópsia e liberação dos corpos de três brasileiros que vieram a falecer na cidade de La Paz, prestando a assistência consular cabível às respectivas famílias. Em um dos casos, o corpo foi repatriado. Nos outros dois, as famílias decidiram pela cremação em La Paz.

O Setor Consular, em cuja jurisdição funciona apenas uma seção eleitoral com 347 eleitores registrados, organizou com êxito os dois turnos das eleições presidenciais.

A Embaixada apoiou e acompanhou, ainda, a visita do Ministro da Justiça à Bolívia, em 1º de junho passado, para tratar do tema da migração irregular de haitianos.

Em seguimento ao encontro, intermediou as tratativas para a realização das reuniões técnicas e ministeriais entre Brasil, Bolívia, Peru e Equador, programadas para os dias 13 e 14 de julho, em Brasília.

SEÇÃO III – Dificuldades

Assim como as demais instâncias do Governo Federal - e particularmente do Itamaraty -, a Embaixada do Brasil em La Paz também se viu compelida a adotar medidas de adequação ao cenário de cortes de gastos e contingenciamento orçamentário que afetaram o desempenho e as ações idealizadas pelos seus diversos Setores, especialmente nas áreas de cultura e de cooperação técnica. No entanto, os efeitos puderam, em certas ocasiões, ser minorados com o esforço e a criatividade do corpo de funcionários da Embaixada, como foi o caso, por exemplo, da decisão de transferir, para as dependências do CCBB, a realização dos “Miércoles de Cine Brasileño”, eliminando os gastos com a Cinemateca Boliviana.

Para além dos problemas financeiros enfrentados, a Embaixada assistiu, no período em tela, ao agravamento da situação de déficit de pessoal do quadro do Serviço Exterior, especialmente de diplomatas, seja em função da redução de lotação formal, da falta de preenchimento das vagas existentes ou ainda das chamadas a serviço (ou de missão transitória) dos diplomatas lotados no Posto. Do total de 13 vagas existentes até o segundo semestre de 2013, o quadro de lotação formal de diplomatas do Posto foi reduzido primeiramente para 12 e, logo depois, para 11 diplomatas. Ainda assim, desde 2010, o Posto jamais logrou atingir sua lotação máxima, sendo que, durante quase todo o segundo semestre de 2014, o Posto operou com um total de apenas 6 diplomatas, isto é, déficit de pouco menos de 50% em relação ao quadro de lotação formal em sua versão mais reduzida.

O maior e mais emblemático desafio enfrentado pela Embaixada foi, entretanto, a ausência prolongada de um Embaixador acreditado junto ao Governo boliviano, ou de um Encarregado de Negócios de alto nível que permanecesse no comando do Posto até o equacionamento da situação política que vem obliterando a aprovação do novo Embaixador designado. Ainda que os efeitos adversos dessa ausência tenham sido matizados pela qualidade e a extensão da rede de contatos institucionais montada pela equipe diplomática do Posto, a Embaixada ressentiu-se, em determinados momentos-chave, da falta de interlocução em alto nível que só a experiência de um Ministro de Primeira Classe mandatado para tal pode desenvolver. Essa situação viu-se agravada, ainda, pelos cenários de incerteza com os quais o Posto foi obrigado a lidar com relação ao futuro de sua administração, o que dificultou o desenho de estratégias de atuação de sua equipe diplomática no curto, médio e longo prazos.

SEÇÃO IV – Recomendações

No âmbito político-diplomático, seria especialmente importante buscar averiguar a receptividade das autoridades bolivianas à proposta de criar foro de interlocução política em nível de Vice-Chanceleres, a ser eventualmente denominado de "Mecanismo de Diálogo Político Brasil-Bolívia", em substituição à Comissão Mista Permanente de Coordenação, criada em 1988 e reformulada em 1994, atualmente inativa.

No plano energético, o futuro Chefe do Posto poderia dar continuidade à promoção de atuação conjunta em gestão de recursos hídricos, iniciada com a visita a La Paz do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, em maio de 2015. Poderia ainda acompanhar as negociações bilaterais que poderão ter início entre as áreas técnicas dos dois países para aproveitamento conjunto do potencial hidrelétrico do Rio Madeira (por meio da eventual construção de Usina Hidrelétrica Binacional na fronteira de Rondônia com o Departamento boliviano do Beni) e outros eventuais acordos no setor elétrico, assim como os trabalhos de renegociação do gasoduto Brasil-Bolívia (GSA) entre a Petrobras e a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

Na área de Defesa, Segurança e Combate a Ilícitos, recomenda-se ao futuro Chefe do Posto acompanhar os trabalhos do Grupo de Trabalho Brasil-Bolívia-Peru sobre Drogas e Temas Conexos, em coordenação com o Embaixador brasileiro em Lima, e as atividades da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos.

Para o fortalecimento da integração da infraestrutura física com a Bolívia, o próximo Chefe do Posto poderá acompanhar as tratativas com vistas ao início das obras para a construção da ponte internacional sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Departamento do Beni), prevista no "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín", firmado em Brasília em 14/02/2007. Poderá ainda negociar, com as autoridades bolivianas, novo Acordo relativo à construção de ponte sobre o Igarapé Rapirrã, entre as localidades de Plácido de Castro (AC) e Puerto Evo Morales (Departamento do Pando), uma vez que o Acordo atualmente em vigor estipula que o financiamento das obras cabe ao Estado do Acre, o qual, no entanto, indica não dispor dos recursos necessários.

Entre as recomendações para o futuro Chefe do Posto na área de integração fronteiriça, ressalto a importância de continuar conferindo prioridade aos Comitês de Integração Fronteiriça Brasileiro-Bolivianos reconstituídos em 2011. Nesse contexto, seria fundamental buscar promover reunião de Vice-Chanceleres que, segundo o Acordo constitutivo dos Comitês, deverão analisar e aprovar as Atas dos encontros já realizados. Com a realização da reunião, poderá ser iniciada a nova rodada de encontros dos Comitês.

A agenda positiva Brasil-Bolívia poderia ser reforçada, ainda, pela retomada das atividades de cooperação técnica, especialmente em relação aos quatro projetos que se encontram paralisados por falta de reação do lado brasileiro (Centro de Formação Profissional Brasil – Bolívia; Fortalecimento da Empresa de Apoio à Produção de Alimentos; Modernização e Desenvolvimento do Setor Postal da Bolívia; e Desenho e Implementação do Seguro Agrário). Para tanto, recomenda-se a reativação do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, cuja primeira e única reunião ocorreu no primeiro semestre de 2012.

ⁱAs circunstâncias especiais a que me refiro são os desdobramentos do caso do asilo diplomático concedido ao Senador Roger Pinto, que, após deixar a Embaixada em 26 de agosto de 2013, ingressou no Brasil por

via terrestre e protocolou pedido de refúgio político no dia seguinte. Desde então, o Posto tem passado por várias Encarregaturas de Negócios enquanto aguarda a aprovação do nome do novo Embaixador pelo Senado Federal. Foi a partir de meu breve primeiro período na qualidade de Encarregado que passei a envolver-me progressivamente com todos os temas da Embaixada e a desempenhar informalmente a função de Ministro-Conselheiro, razão pela qual me senti confortável e habilitado a elaborar o presente Relatório. Listo, a seguir, todas as Encarregaturas de Negócios a partir do dia em que, depois de dar início a suas férias, o Embaixador Marcel Fortuna Biato acabou desligado definitivamente do Posto:

16/08/13 – 26/08/13 – Eduardo Paes Sabóia (Ministro de Primeira Classe)
26/08/13 – 28/08/13 – Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes (Conselheiro)
28/03/13 – 08/12/13 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
08/12/13 – 13/12/13 – Fernando de Mello Vidal (Ministro de Segunda Classe)
13/12/13 – 27/02/14 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
27/02/14 – 05/03/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
05/03/14 – 26/04/14 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
26/04/14 – 08/05/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
08/05/14 – 20/05/14 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
20/05/14 – 31/07/14 – Antonio José Rezende de Castro (Ministro de Primeira Classe)
31/07/14 – 05/08/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
05/08/14 – 21/08/14 – Antonio José Rezende de Castro (Ministro de Primeira Classe)
21/08/14 – 31/08/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
01/09/14 – 05/12/14 – Carlos Alberto Simas Magalhães (Ministro de Primeira Classe)
05/12/14 – 15/01/15 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
15/01/15 – 14/02/15 – Antonio José Rezende de Castro (Ministro de Primeira Classe)
14/02/15 – 30/03/15 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
30/03/15 – 09/04/15 – Carlos Luís Duarte Villanova (Conselheiro)
09/04/15 – 12/04/15 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
12/04/15 – 09/06/15 – Tovar da Silva Nunes (Ministro de Primeira Classe)
09/06/15 – 14/07/15 - Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Cons. / Ministro de Segunda Classe)
15/07/15 – 07/08/15 – João Alberto Dourado Quintaes (Ministro de Segunda Classe)
08/08/15 – - Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Ministro de Segunda Classe)

ⁱⁱ Realizou-se, em 16/07, na sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília, cerimônia de assinatura entre os Ministros Eduardo Braga e Luis Alberto Sánchez Fernández do Termo Aditivo ao Memorando de Entendimento em Matéria Energética de 2007, bem como do Memorando de Entendimento entre a Eletrobras e a ENDE.